



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1 O Termo de Referência é o instrumento técnico que orienta e fundamenta o processo de contratação pública. Ele é elaborado na fase preparatória da licitação e tem como objetivo definir de forma clara e detalhada o objeto da contratação, assegurando que os fornecedores compreendam exatamente o que a Administração necessita e que a execução contratual ocorra de maneira eficiente e transparente.
- 1.2 A elaboração deste documento atende ao disposto no **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, que exige a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência como instrumentos de planejamento da contratação, garantindo que o processo seja conduzido de forma transparente, eficiente e alinhado ao interesse público.
O Termo de Referência, conforme definido no **art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021**, é um documento essencial para a contratação de bens e serviços. Ele deve conter parâmetros e elementos descritivos que assegurem a clareza do objeto, a viabilidade da contratação e a adequada execução contratual.
- 1.3 Para atender às exigências legais e garantir a adequada condução do processo, foi instituída a Comissão de Planejamento por meio da Portaria nº 078/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ, designando os servidores para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e deste Termo de Referência.
- 1.4 A atuação da Comissão encontra respaldo na própria Lei nº 14.133/2021, que estabelece em seus dispositivos a obrigatoriedade da fase preparatória, incluindo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, como instrumentos indispensáveis para assegurar a legalidade, eficiência e transparência das contratações públicas.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Unidade requisitante:	Daniely Chaves de Almeida – Coordenadora da Atenção Básica em Saúde		
Protocolo Administrativo:	de	2553/2025 – FMS/SEMSA/PMVJ	
Objeto contratação:	de	Registro de preços tipo menor preço por item para aquisição de forma parcelada de insumos de laboratório para realização de exames no laboratório de saúde da secretaria municipal de saúde do município de vitória do Jari/ap.	

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CORRESPONDENTES OU QUANDO NÃO FOR POSSIVEL DIVULGAR ESSE ESTUDO O EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS:

- 3.1 A presente contratação fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que analisou a necessidade de aquisição de insumos laboratoriais para o laboratório da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP.
- 3.2 O ETP identificou como problema central a **insuficiência e irregularidade no fornecimento de insumos laboratoriais**, o que compromete a continuidade dos serviços de saúde, a realização de diagnósticos oportunos e o acompanhamento de pacientes em programas da atenção básica.
- 3.3 **Referência ao Estudo Técnico Preliminar:**
 - 3.3.1 **Necessidade pública:** garantir o abastecimento contínuo de insumos laboratoriais para exames clínicos essenciais.
 - 3.3.2 **Solução proposta:** contratação por meio de **Registro de Preços, modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, com aquisição parcelada**, assegurando flexibilidade, economicidade e regularidade no fornecimento.



- 3.3.3 **Fundamentação legal:** Lei nº 14.133/2021, Constituição Federal (art. 37 e art. 196), Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.
- 3.3.4 **Planejamento:** contratação prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), alinhada às metas do Plano Municipal de Saúde e ao orçamento vigente.
- 3.3.5 **Benefícios esperados:** eficiência administrativa, diagnósticos mais ágeis, fortalecimento da atenção básica, redução de custos e garantia de acesso universal aos serviços de saúde.

3.4 **Extrato para o Termo de Referência:**

- 3.4.1 Quando não for possível divulgar integralmente o Estudo Técnico Preliminar por conter informações sigilosas ou estratégicas, este Termo de Referência apresenta o **extrato das partes não sigilosas**, que evidenciam:
 - a) A necessidade de aquisição dos insumos laboratoriais.
 - b) A solução escolhida (registro de preços, menor preço por item, aquisição parcelada).
 - c) A compatibilidade com o planejamento da administração e com a legislação vigente.
 - d) Os benefícios sociais, econômicos e sanitários decorrentes da contratação.

3.5 Esse fundamento garante que a contratação está **tecnicamente justificada, legalmente respaldada e alinhada ao interesse público**, constituindo etapa essencial para a formalização do Termo de Referência.

3.6 **Extrato das Partes Não Sigilosas:**

- 3.6.1 Nos casos em que não seja possível divulgar integralmente o Estudo Técnico Preliminar por conter informações estratégicas ou sigilosas, este Termo de Referência apresenta o **extrato das partes não sigilosas**, que evidenciam:
 - a) A necessidade de aquisição dos insumos laboratoriais.
 - b) A solução escolhida e sua compatibilidade com a legislação vigente.
 - c) O alinhamento com o planejamento da administração municipal.
 - d) Os benefícios sociais, econômicos e sanitários decorrentes da contratação.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

4.1 A solução proposta para atender à necessidade identificada consiste na contratação, via Sistema de Registro de Preços (SRP), modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de insumos laboratoriais destinados ao laboratório da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP.

4.2 **Estrutura da Solução:**

- 4.2.1 **Forma de contratação:** Registro de preços, garantindo flexibilidade e economicidade.
- 4.2.2 **Modalidade:** Pregão eletrônico, assegurando ampla concorrência, transparência e agilidade.
- 4.2.3 **Critério de julgamento:** menor preço por item, permitindo a escolha da proposta mais vantajosa para cada insumo específico.
- 4.2.4 **Aquisição parcelada:** entregas conforme demanda, evitando desperdício e garantindo abastecimento contínuo.

4.3 **Benefícios da Solução:**

- 4.3.1 **Eficiência administrativa:** reduz custos operacionais e assegura previsibilidade no fornecimento.
- 4.3.2 **Segurança sanitária:** garante insumos para exames laboratoriais essenciais, fortalecendo a vigilância epidemiológica e o acompanhamento clínico.
- 4.3.3 **Atendimento universal:** assegura acesso da população aos exames básicos, em conformidade com o princípio da integralidade do SUS.
- 4.3.4 **Flexibilidade:** permite adequação às variações de demanda ao longo do exercício, evitando estoques excessivos ou insuficientes.



- 4.3.5 **Transparência e legalidade:** fundamentada na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, garantindo lisura no processo.

4.4 **Resultado Esperado:**

- 4.4.1 Regularidade no fornecimento de insumos laboratoriais.
- 4.4.2 Redução de atrasos e filas para exames.
- 4.4.3 Diagnósticos mais ágeis e confiáveis.
- 4.4.4 Fortalecimento da atenção básica em saúde no município.
- 4.4.5 Uso racional e eficiente dos recursos públicos.

- 4.5 Essa descrição consolida o **todo da solução**, integrando a necessidade pública, a fundamentação legal, os critérios de seleção e os requisitos técnicos e administrativos, resultando em um processo de contratação planejado, transparente e voltado ao interesse coletivo.

5. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS:**

- 5.1 A estimativa de quantitativos e valores deve considerar o histórico de consumo do laboratório municipal, a projeção de demanda da atenção básica em saúde e a média de preços praticados no mercado.

5.2 **Quantitativos Estimados:**

- 5.2.1 Com base em registros de consumo anteriores e na previsão de atendimento da população de Vitória do Jari/AP, estima-se a necessidade de aquisição dos seguintes insumos laboratoriais:

N.	Quant.	UND	Especificações do Serviço
1	450	CX	ALT/TGP TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE ALT/TGP MÉTADO: CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
2	450	CX	AST/TGO TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE AST/TGO MÉTADO: CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
3	150	CX	AGULHA COELTA DE SANGUE À VÁCUO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, ESTÉRIL FORMATO: DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RECobre a AGULHA TIPO USO: DESCARTÁVEL MEDIDA: 30X8
4	450	CX	ÁCIDO ÚRICO TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE ÁCIDO ÚRICO MÉTADO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
5	500	CX	BETA HCG TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVOS DE BTA HCG MÉTADO: ELISA APRESENTAÇÃO: TESTE
6	100	CX	BILIRRUBINA TOTA TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE BILIRRUBINA TOTA MÉTADO: FOTOMETRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
7	100	CX	BILIRRUBINA DIRETA TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO



			TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE BILIRRUBINA DIRETA MÉTADO: FOTOMETRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
8	70	CX	CREATINA TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE CREATINA MÉTADO: ENZIMÁTICO APRESENTAÇÃO: TESTE
9	500	CX	COLESTEROL TOTAL TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE COLESTEROL TOTAL MÉTADO: ENZIMÁTICO COLOMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
10	20	CX	CORANTE TIPO: CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO SEPARADO CONTENDO COMPOSIÇÃO: CRISTAL VIOLETA, LUGOL, ETANOL-ACETONA, FUCSINA BÁSICA.
11	10	CX	CORANTE TIPO: CONJUNTO CORANTE HEMATOLÓGICO PANÓTICO RÁPIDO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO
12	10	CX	CORANTE TIPO: LUGOL FORTE ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLUÇÃO A5%
13	5	CX	CUBETA PARA COAGULAMETRO
14	30	CX	CURATIVO PÓS-COLETA: ADULTO HIPOALÉRGICO
15	30	CX	CURATIVO PÓS-COLETA: INFANTIL HIPOALÉRGICO
16	100	PCT	COPO DE SEDIMENTAÇÃO PARA FEZES MATERIAL: PLÁSTICO VOLUME: 200ML
17	50	CX	EXAME SÍFILES VDRL – POR COMPONENTES HEMOTERÁPICO
18	250	CX	FATOR REUMATÓIDE TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE FATOR REUMATÓIDE APRESENTAÇÃO: TESTE
19	300	PCT	FRASCO COLETOR TIPO: UNIVERSAL MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE CAPACIDADE: CERCA DE 50ML TIPO DE TAMPA: ROSQUEÁVEL COMPONENTES: C/ ESPÁTULA TIPO DE USO: DESCARTÁVEL
20	300	PCT	FRASCO COLETOR TIPO: UNIVERSAL MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE CAPACIDADE: CERCA DE 80ML TIPO DE TAMPA: ROSQUEÁVEL GRADUAÇÃO: GRADUADO TIPO DE USO: DESCARTÁVEL



21	200	CX	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE MÉTADO: CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
22	550	CX	GLICOSE TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE MÉTADO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
23	10	UND	GARROTE PARA PROCEDIMENTO MEDDICOS VALIDADE: INDETERMINADA TAMANHO: 34 CM DE COMPRIMENTO E 2,5CM DE LARGURA REG. ANVISA: 80275319001 UTILIZADO NO PROCEDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR DE PUNÇÃO VENOSA
24	450	CX	HDL COLESTEROL TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE HDL COLESTEROL MÉTADO: PRECIPITANTE APRESENTAÇÃO: TESTE
25	50	CX	LÂMINA BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO: MINI CORTE CORTE SIMPLES RETO TIPO: DESCATÁVEL ESTERILIDADE: ESTÉRIL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: P/ CABO REDONDO
26	200	CX	LÂMINA PARA MICROSCOPIA MEDIDA: 26X76MM FOSCA LAPIDADA ESPESSURA: 1,0 A 1,2 MM EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES
27	70	CX	LÂMINULA DE VIDRO FORMATO: QUADRADO COMPRIMENTO: 30 MM LARGURA: 30 MM APLICAÇÃO: MICROSCOPIA CARACTERÍSTICA: POLID
28	50	CX	LATEX ASO/ASLO MÉTADO: AGLUNIÇÃO EM LÁTEX SISTEMA PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E SEMI QUANTITATIVA EM LÂMINA DA ANTIESTREPTOLISINA (AEO)
29	10	UND	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO OLYMPUS
30	100	CX	NYCOCARD HB1AC. (ABBOTT) REF= 1116813 DESCARTÁVEL
31	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 10 MCL TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME REGULÁVEL COMPONENTES: COM ENJETOR DE PONTEIRA ADICIONAL: AUTOCLAVÉL
32	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 20 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA
33	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 5 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA SUPORTE ADICIONAL: AUTOCLAVÁVEL
34	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 100 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA SUPORTE ADICIONAL: AUTOCLAVÁVEL
35	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 200 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA SUPORTE



			ADICIONAL: AUTOCLAVÁVEL
36	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 250 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA SUPORTE ADICIONAL: AUTOCLAVÁVEL
37	5	UND	MICROPIPETA CAPACIDADE: 1000 CML TIPO: MONOCANAL MECÂNICA AJUSTAVEL: VOLUME FIXO COMPONENTES: COM EJETOR DE PONTEIRA SUPORTE ADICIONAL: AUTOCLAVÁVEL
38	3	CX	MICRO ESFERAS COAGULOMETRO
39	10	FR	ÓLEO DE IMERSÃO USO: PARA MICROSCOPIA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, TRANSPARENTE DENSIDADE: 1,02 G/CM 3
40	300	CX	PROTEÍNA 'C' REATIVA TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE PROTEÍNA 'C' MÉTADO: AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX APRESENTAÇÃO: TESTE
41	30	PCT	PONTEIRA AMARELA TIPO: GILSON 0-200UL SEM FILTRO DESCARTÁVEL
42	30	PCT	PONTEIRA AZUL TIPO: UNIVERSAL 200-100UL SEM FILTRO DESCARTÁVEL
43	30	PCT	PONTEIRA TIPO: GILSON 0,5 – 10UL SEM FILTRO DESCARTÁVEL
44	3	CX	PADRÃO DE BILIRRUBINA: 1 ÂMBOLA DE 3ML DE DILUENTE, 1 FRASCO CALIBRADOR - OBEJTIVO: REAGENTE PARA PADRONIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DA BILIRRUBINA DO KIT REF.; 31 RASTRÁVELAO NIST SEM 916 - METOFOLOGIA: PADRÃO - FABRICANTE: LABTEST REGISTRO ANVISA: 100090100010
45	20	CX	PAPEL DE FILTRO - TIPO: QUALITATIVO - DIÂMETRO: CERCA DE 50 MM
46	10	PCT	PIPETA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA VHS: GRADUAÇÃO 0-170MM - TIPO: FABRICAÇÃO EM POLIESTERENO (OS) DESCARTÁVEL - MESMO RESULTADO QUE NO MÉTADO DE WESTERGREN, ENCAIXE EM TUBO CIM DIÂMETRO DE 12 MM OU 132 MM, PIPETA GRADUADA, EM POLIESTIRENO
47	100	CX	REAÇÃO DE WIDAL - METODOLOGIA: AGLUTINAÇÃO BACTERIANA, TEMPERATURA DA ANÁLISE: 18 - 25Cº - AMOSTRA: SORO - INTERPRETAÇÃO: VISUAL - REAGENTES: ANTIGENO PARA TYPHOID A, ANTIGENO PARA TYPHOID B, ANTIGENO PARA TYPHOID O, ANTIGENO PARA TYPHOID H;
48	100	CX	SWAB MATERIAL: HASTE PLÁSTICA TIPO PONTA: PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO E RAYON APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERILIDADE: ESTÉRIL TIPO DE USO: TESTE
49	60	CX	SORO TIPO: ANTI-A COMPOSIÇÃO: MONOCLONAL ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO APLICAÇÃO: TIRAGEM SANGUÍNEA
50	60	CX	SORO TIPO: ANTI-B COMPOSIÇÃO: MONOCLONAL ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO APLICAÇÃO: TIRAGEM SANGUÍNEA
51	60	CX	SORO TIPO: ANTI-D COMPOSIÇÃO: MONOCLONAL ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO



			APLICAÇÃO: TIRAGEM SANGUÍNEA
52	40	CX	SDH DILUENTE: 206-20 PRONTO PARA USO APRESENTAÇÃO: 1 X 20 L Nº REGISTRO DA ANVISA: 10009010145 FINALIDADE: DILUIR OS ELEMENTOS FIGURADOS DO SANGUE, PERMITINDO A SUA CONTAGEM NO ANALISADORRES SDH-20.
53	40	CX	SDH LISANTE: 205-5 PRONTO PARA USO APRESENTAÇÃO: 1 X 5 L Nº REGISTRO DA ANVISA: 10009010146 FINALIDADE: SOLUÇÃO LISANTE DAS DEMÁCIAS PERMITINDO A DOSAGEM DA HEMOGLOBINA E A CONTAGEM DE DIFERENCIAÇÃO DOS LEUCÓCITOS EM 3 POPULAÇÕES.
54	2	CX	SDH HYPOCLEAN: 209-20 PRONTO PARA USO Nº REGISTRO DA ANVISA: 10009010157 FINALIDADE: LIMPEZA DOS ANALISADORES DE HEMATOLOGIA SDH-20
55	100	CX	SANGUE OCULTO EM FEZES TIPO: CONJUNTO TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO DE SANGUE MÉTADO: IMUNOCROMATOGRAFIA APRESENTAÇÃO: TESTE
56	80	UND	TESTE RÁPIDO DENGUE (NS1) REGISTRATO NA ANVISA IMUNOENSAIO CROMATOGRÁFADO RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO NS DO VÍRUS DA SANGUE; DETECÇÃO: DO PRIMEIRO AO QUINTO DIA DE SUSPEITA DE INFECÇÃO AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA RESULTADO: 10 MINITOS ITENS INCLUSOS: 25 DISPOSITIVOS; 25 CONTA-GOTAS; 1 SOLUÇÃO TAMPÃO (3ML); 1 MANUAL DE INSTRUÇÃO DE USO VALIDADE: 12 MESES
57	250	PCT	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO VOLUME: 10 ML COMPONENTES: COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR USO: COLETA DE SANGUE CARACTERÍSTICAS ADICIONAL: À VÁCUO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.
58	250	PCT	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO VOLUME: 05 ML COMPONENTES: COM EDTA-K3 USO: COLETA DE SANGUE CARACTERÍSTICAS ADICIONAL: À VÁCUO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.
59	250	PCT	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO VOLUME: 05 ML COMPONENTES: COM CITRATO DE SÓDIO 3,2% USO: COLETA DE SANGUE CARACTERÍSTICAS ADICIONAL: À VÁCUO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.
60	100	CX	TUBO LABORATÓRIO TIPO: ENSAIO MATERIAL: VIDRO TIPO FUNDO: FUNDO REDONDO DIMENSÕES: 20 X 130 MM



			USO: AUTOCLAVÁVEL
61	500	PCT	TUBO LABORATÓRIO TIPO: CENTRÍFUGA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO FUNDO: FUNDO CÔNICO CAPACIDADE: 10 ML
62	600	CX	TRIGLICERÍDEOS TIPO: CONJUNTO COMPLETO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DDE TRIGLICERÍDEOS MÉTADO: COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
63	150	CX	TIRA REAGENTE APLICAÇÃO: UROANÁLISE TIPO: 10 ÁREAS
64	30	CX	TP – TEMPO DE PROTROMBINA (BIOCLIN) METODOLOGIA: COAGULANTE
65	30	CX	TP – TEMPO DE TROMBOPLASTINA (BIOCLIN) METODOLOGIA: COAGULANTE
66	400	CX	URÉIA TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE URÉIA MÉTADO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL APRESENTAÇÃO: TESTE
67	400	CX	URÉIA TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE URÉIA MÉTADO: ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, PRONTO PARA USO APRESENTAÇÃO: TESTE
68	2	CX	XIOL SOLVENTE DE LIMPEZA PARA MICROSCOPIO

5.3 Valores Médios Estimados:

MAPA DE PREÇOS - VALOR MÉDIO DO MERCADO			
FORNECEDOR A	FORNECEDOR B	FORNECEDOR C	Média de Preços
R\$ 2.163.856,00	R\$ 2.125.244,00	R\$ 1.932.040,00	R\$ 2.073.713,33

5.3.1 Valor global estimado anual: R\$ 2.073.713,33 (dois milhões setecentos e três mil, setecentos e treze reais e trinta e três centavos).

6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

6.1 Para participar do processo licitatório, as empresas interessadas deverão comprovar sua habilitação conforme os seguintes requisitos:

6.2 Documentos que compõe a habilitação jurídica:

- 6.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 6.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas.
- 6.2.3 No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



- 6.2.5 Documento de identificação do sócio da empresa ou do sócio administrador;
- 6.2.6 Se houver procurador, Cédula de identificação do procurador juntamente com a procuração.

6.3 **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.3.2 Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- 6.3.3 Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal.
- 6.3.4 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- 6.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.3.6 Inscrição Municipal e/ou estadual

6.4 **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 6.4.1 Será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinados por contador habilitado e registrados na Junta Comercial ou órgão competente.
- 6.4.2 Considerando que o exercício de 2025 somente se encerrará em 31 de dezembro de 2025, a entrega das demonstrações financeiras e relatórios contábeis costuma ser feitos entre janeiro e março de 2026, dependendo do porte da empresa, será aceitos, para fins de habilitação, os balanços referentes ao exercício de 2024, desde que acompanhados das demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente.
- 6.4.3 Alternativamente, será admitida a apresentação do balanço de 2025, caso já esteja devidamente encerrado e registrado, mesmo que de forma antecipada.
- 6.4.4 A exigência visa garantir a regularidade econômico-financeira das empresas concorrentes, sem restringir a competitividade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), que regulam a elaboração e publicação das demonstrações contábeis.
- 6.4.5 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial

6.5 **Qualificação Técnica:**

- 6.5.1 Apresentar **atestado(s) de capacidade técnica emitido** (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de insumos laboratoriais compatíveis em quantidade e complexidade com o objeto da contratação.
- 6.5.2 Demonstrar experiência prévia na comercialização e distribuição de insumos laboratoriais, especialmente em contratos com órgãos públicos ou instituições de saúde.
- 6.5.3 Comprovar que possui estrutura logística adequada para atender às entregas parceladas, dentro dos prazos estabelecidos.
- 6.5.4 **Certificações e Autorizações:**
 - a) Registro válido junto à **ANVISA** e demais órgãos reguladores competentes para todos os insumos ofertados.
 - b) Licenças de funcionamento e autorizações sanitárias atualizadas, emitidas por órgãos de vigilância sanitária.
 - c) Certificados de conformidade dos produtos, quando aplicável, garantindo qualidade e segurança.

6.5.5 **Estrutura Operacional**

- a) Disponibilidade de equipe técnica qualificada para suporte e esclarecimento de dúvidas sobre os insumos fornecidos.



- b) Capacidade de armazenamento e transporte adequado, assegurando condições sanitárias e preservação dos insumos até a entrega.
- c) Canal de comunicação ativo para atendimento imediato em caso de emergências, reclamações ou necessidade de reposição.

6.5.6 Garantia de Qualidade

- a) Compromisso com a substituição imediata de insumos que apresentem defeitos esteja em desacordo com as especificações ou fora do prazo de validade.
- b) Cumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis, assegurando rastreabilidade dos lotes entregues.

6.6 Declarações Complementares:

6.6.1 Além dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, as licitantes deverão apresentar as seguintes declarações:

- a) **Declaração de Inexistência de Impedimento** - A empresa deverá declarar que não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme **art. 63, inciso V da Lei nº 14.133/2021**.
- b) **Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista** - Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme **art. 7º, XXXIII da Constituição Federal**.
- c) **Declaração de Proposta de Preço** - A empresa deverá apresentar declaração de que sua proposta de preços contempla todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas, garantindo a plena execução contratual.

***Fundamentação:** art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que exige estimativa de valores baseada em pesquisa de mercado e proposta adequada.*

- b) **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)** - As licitantes que se enquadrarem como **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** deverão apresentar declaração nesse sentido, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Essa declaração permitirá o exercício dos benefícios previstos na legislação, como tratamento diferenciado e favorecido nas licitações públicas (ex.: preferência de contratação em caso de empate, regularização fiscal tardia, entre outros).
- c) **Declaração de Aceitação das Condições do Edital e Termo de Referência** - A empresa deverá declarar ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1 A contratação será realizada por meio de **Registro de Preços, tipo menor preço por item**, assegurando que cada insumo laboratorial seja adquirido de forma parcelada conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP.

7.2 Forma de Seleção:

- 7.2.1 **Modalidade:** Pregão eletrônico, em conformidade com a legislação vigente, garantindo ampla concorrência e transparência.
- 7.2.2 **Sistema de Registro de Preços (SRP):** possibilita a aquisição parcelada e conforme necessidade, evitando desperdício e otimizando recursos públicos.
- 7.2.3 **Critério de julgamento:** menor preço por item, assegurando economicidade e melhor aproveitamento



do orçamento público.

7.3 Crítérios de Seleção do Fornecedor:

- 7.3.1 **Habilitação jurídica:** comprovação de regularidade da empresa junto aos órgãos competentes.
- 7.3.2 **Regularidade fiscal e trabalhista:** apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, conforme exigências legais.
- 7.3.3 **Qualificação técnica:** comprovação de capacidade técnica para fornecimento dos insumos laboratoriais, incluindo atestados de fornecimento anterior, quando aplicável.
- 7.3.4 **Conformidade com especificações técnicas:** os insumos ofertados devem atender às normas técnicas e padrões de qualidade exigidos para uso em laboratório de saúde pública.
- 7.3.5 **Capacidade logística:** comprovação de condições para entrega parcelada e dentro dos prazos estabelecidos, garantindo abastecimento contínuo.
- 7.3.6 **Preço competitivo:** análise comparativa dos valores ofertados, priorizando o menor preço por item, sem prejuízo da qualidade.
- 7.3.7 **Sustentabilidade e responsabilidade social:** quando aplicável, considerar fornecedores que adotem práticas sustentáveis e estejam em conformidade com normas ambientais.

7.4 Esse conjunto de critérios garante que o processo de contratação seja **transparente, competitivo e eficiente**, atendendo ao interesse público e assegurando a continuidade dos serviços laboratoriais essenciais para a população.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 A empresa vencedora e contratada para o fornecimento de insumos laboratoriais deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações, garantindo qualidade, regularidade e conformidade com as normas aplicáveis:

8.1.1 **Fornecimento e Qualidade**

- a) Entregar os insumos laboratoriais conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência.
- b) Garantir que todos os produtos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de uso.
- c) Assegurar que os insumos atendam às normas da **ANVISA**, Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores.
- d) Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações ou que apresente defeito.

8.1.2 **Prazos e Logística:**

- a) Realizar as entregas de forma **parcelada**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Garantir transporte adequado, preservando a integridade dos insumos até o destino final.
- c) Disponibilizar equipe técnica para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas sobre os produtos fornecidos.

8.1.3 **Documentação e Conformidade:**

- a) Apresentar nota fiscal eletrônica correspondente a cada entrega, em conformidade com a legislação vigente.
- b) Manter atualizados os registros de certificações e autorizações exigidas para comercialização dos insumos.
- c) Cumprir integralmente as disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

8.1.4 **Responsabilidade Ambiental e Sanitária**

- a) Adotar práticas de sustentabilidade, utilizando embalagens recicláveis ou ambientalmente adequadas sempre que possível.



- b) Garantir que os insumos sejam entregues em condições sanitárias seguras, evitando riscos de contaminação.

8.1.5 Atendimento e Suporte:

- a) Disponibilizar canal de comunicação para atendimento imediato em caso de dúvidas, reclamações ou necessidade de reposição.
- b) Prestar suporte técnico quando solicitado pela Administração, especialmente em relação ao uso correto dos insumos.

8.2 Essas obrigações asseguram que a contratada mantenha **qualidade, regularidade e responsabilidade** no fornecimento, garantindo a continuidade dos serviços laboratoriais e a segurança da população atendida.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP como contratante, deverá cumprir as seguintes obrigações para assegurar a execução adequada do contrato de fornecimento de insumos laboratoriais:

9.2 Recebimento e Conferência:

- 9.2.1 Receber os insumos laboratoriais nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.2.2 Realizar a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos entregues, verificando validade, integridade e conformidade com as especificações técnicas.
- 9.2.3 Emitir recibo ou termo de recebimento provisório/definitivo, conforme legislação vigente.

9.3 Pagamentos:

- 9.3.1 Efetuar o pagamento à contratada dentro dos prazos estipulados em edital e contrato, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica devidamente atestada.
- 9.3.2 Garantir que os pagamentos sejam realizados apenas após a comprovação da entrega correta e completa dos insumos.

9.4 Fiscalização e Acompanhamento

- 9.4.1 Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.4.2 Monitorar a execução contratual, registrando ocorrências e comunicando à contratada eventuais irregularidades ou não conformidades.
- 9.4.3 Solicitar substituição imediata de produtos que não atendam às especificações ou apresentem defeitos

9.5 Logística e Armazenamento:

- 9.5.1 Providenciar local adequado para armazenamento dos insumos, garantindo condições sanitárias e de conservação.
- 9.5.2 Planejar a requisição parcelada dos insumos, conforme demanda real do laboratório municipal, evitando desperdícios.

9.6 Responsabilidade Administrativa:

- 9.6.1 Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.
- 9.6.2 Garantir transparência e publicidade dos atos relacionados ao contrato, em consonância com os princípios da administração pública.
- 9.6.3 Assegurar que os insumos adquiridos sejam destinados exclusivamente às atividades laboratoriais da rede municipal de saúde.

9.7 Essas obrigações asseguram que a Administração cumpra seu papel de **gestora e fiscalizadora do contrato**, garantindo eficiência, legalidade e qualidade no fornecimento dos insumos laboratoriais.

10. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO /OU CONTRATO:

10.1 Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preço:



- 10.1.1 A Ata de Registro de Preço terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, conforme previsto no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**.
- 10.1.2 Durante esse período, a Administração poderá requisitar os serviços e fornecimentos registrados, de forma parcelada e conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de consumo integral das quantidades estimadas.

10.2 Prazo de Vigência do Contrato:

- 10.2.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preço terão prazo de vigência definido em cada instrumento contratual, observando o limite máximo estabelecido pela legislação vigente.
- 10.2.2 O prazo de execução dos serviços será estabelecido em cada ordem de fornecimento ou ordem de serviço emitida pelo DEPARTAMENTO DE COMPRAS, MATERIAL E PATRIMÔNIO PÚBLICO, devendo ser cumprido integralmente pela Contratada.

11. DO REAJUSTE DE PREÇO E PRORROGAÇÕES DE PRAZO:

11.1 Ajuste de valores:

- 11.1.1 Os preços registrados na Ata poderão ser **ajustados** para adequação a índices oficiais de inflação ou custos setoriais, conforme previsão legal e editalícia.
- 11.1.2 O reajuste será concedido mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída com documentação comprobatória, e dependerá de análise e autorização da Administração.
- 11.1.3 Não será admitido reajuste retroativo ou em desacordo com os índices previamente estabelecidos.

11.2 Prorrogação de prazo:

- 11.2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de até **12 (doze) meses**, podendo ser **prorrogada por iguais períodos**, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação vigente.
- 11.2.2 A prorrogação deverá ser formalizada por meio de **termo aditivo**, devidamente autorizado pela autoridade competente.
- 11.2.3 Durante a prorrogação, os preços dos itens registrados **permanecerão conforme o contrato original**, salvo reajustes autorizados nos termos da lei.

11.3 Condições gerais:

- 11.3.1 A manutenção dos preços após a prorrogação garante **estabilidade e previsibilidade** para a Administração, evitando aumentos indevidos.
- 11.3.2 Qualquer alteração de valores ou prorrogação de prazo deverá respeitar os princípios da legalidade, economicidade e transparência.
- 11.3.3 O não cumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em **sanções administrativas**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

12. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ACONTRATO E FISCALIZAÇÃO:

- 12.10 gestor da Ata de Registro de Preço caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, por meio do Departamento de Comissão de Contratação Permanente ou por meio de Portaria emitida pela Autoridade Competente, um Gestor da Ata, responsável por coordenar diretamente as atividades de gerenciamento e o **Fiscal** incumbido de acompanhar a execução das entregas e verificar a conformidade dos produtos.

12.2 Compete Ao gestor da ata:

- 12.2.1 Controlar e coordenar a utilização da Ata de Registro de Preço, garantindo que as contratações sejam realizadas dentro dos limites e condições estabelecidos.
- 12.2.2 Autorizar, quando conveniente e oportuno, a adesão de outros órgãos ou entidades não participantes do certame, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.
- 12.2.3 Monitorar os quantitativos registrados e as contratações realizadas, evitando ultrapassar os limites previstos no edital e na legislação.



- 12.2.4 Comunicar aos fornecedores registrados as solicitações de fornecimento, observando os prazos e condições estabelecidas.
- 12.2.5 Avaliar e decidir sobre pedidos de cancelamento de registro, conforme hipóteses legais e regulamentares.
- 12.2.6 Manter atualizados os registros e relatórios de utilização da Ata, assegurando transparência e publicidade dos atos administrativos.

12.3 **Obrigações do Fiscal do Contrato:**

- 12.3.1 Acompanhar diretamente a execução contratual, verificando a conformidade das entregas com as especificações técnicas.
- 12.3.2 Conferir prazos, quantidades, qualidade e condições dos insumos recebidos.
- 12.3.3 Registrar em relatórios periódicos todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, comunicando imediatamente à Diretoria de Contratos e Convênios qualquer irregularidade.
- 12.3.4 Atuar como elo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada, garantindo agilidade na solução de intercorrências.
- 12.3.5 Atestar as notas fiscais e documentos de cobrança, autorizando o pagamento somente após a verificação da conformidade da entrega.

12.4 O Gestor e o Fiscal deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os arts. 117 a 121, respondendo solidariamente por eventuais omissões ou irregularidades na execução da Ata ou do Contrato.

12.5 Na hipótese da Ata de Registro de Preço vir a se converter em Contrato Administrativo, a responsabilidade pela elaboração, gestão e acompanhamento da execução contratual será atribuída à Diretoria de Contratos e Convênios do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari/AP, conforme designação expressa em Decreto ou Portaria da Autoridade Competente.

12.6 **Compete à Diretoria de Contratos e Convênios:**

- 12.6.1 Elaborar e formalizar o contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preço, observando as cláusulas essenciais previstas na **Lei nº 14.133/2021**.
- 12.6.2 Acompanhar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital, na minuta contratual e no Termo de Referência.
- 12.6.3 Designar formalmente **Gestor e Fiscal do Contrato**, responsáveis por monitorar a entrega dos produtos, verificar conformidade técnica e registrar ocorrências.
- 12.6.4 Emitir relatórios periódicos sobre a execução contratual, servindo de base para aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.
- 12.6.5 Assegurar que todas as prorrogações, reajustes e alterações contratuais sejam devidamente fundamentados e autorizados pela autoridade competente.

12.7 O Gestor e o Fiscal designado deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo por eventuais omissões ou irregularidades na execução contratual.

13. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

13.1 **Forma de Pagamento:**

- 13.1.1 Os pagamentos à Contratada serão efetuados em **moeda corrente nacional (Real – R\$)**, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo gestor do contrato.
- 13.1.2 O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária** em conta corrente no nome da empresa contratada.

13.2 **Prazo de Pagamento:**

- 13.2.1 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de atesto da nota fiscal pela fiscalização da Contratante, conforme previsto no **art. 145 da Lei nº 14.133/2021**.



13.2.2 Em caso de atraso por parte da Administração, incidirão correções e encargos previstos na legislação vigente.

13.3 Condições para Liberação do Pagamento:

13.3.1 O pagamento estará condicionado à:

- a) Execução integral e satisfatória dos serviços ou fornecimento das peças solicitadas.
- b) Apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada da ordem de serviço ou requisição devidamente assinada pelo gestor do contrato.
- c) Regularidade fiscal e trabalhista da Contratada durante toda a vigência contratual.

13.3.2 Parcelamento dos Pagamentos:

13.4 Os pagamentos serão realizados de forma **parcelada**, conforme a execução dos serviços e fornecimentos requisitados pela Administração, em consonância com o modelo de **Registro de Preço** adotado.

13.4.1 Retenção de Tributos e Encargos:

- b) Serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo recolhimento dos demais encargos incidentes sobre a execução contratual.

14. CONDIÇÕES DE PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

14.1 Prazo de Entrega:

- 14.1.1 As entregas dos insumos laboratoriais deverão ocorrer de forma **parcelada**, conforme as solicitações do Departamento de Compras, Material e Patrimônio Público da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, através da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO conforme demanda apresentada pelo laboratório de saúde.
- 14.1.2 O prazo máximo para cada entrega será de **até 07 (sete) dias úteis** após o recebimento da Autorização de fornecimento.
- 14.1.3 Em casos emergenciais devidamente justificados pela Administração, a contratada deverá viabilizar entrega em prazo reduzido, compatível com a urgência da demanda.

14.2 Local de Entrega:

- 14.2.1 Os insumos deverão ser entregues no **CAF – CENTRO ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO da Municipal da Secretaria de Saúde de Vitória do Jari/AP**, ou em outro local indicado pela Administração, dentro da sede do município.
- 14.2.2 O transporte e descarregamento dos insumos até o local de entrega são de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 14.2.3 As entregas deverão ocorrer em horário comercial (08h às 17h), de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

14.3 Condições Gerais:

- 14.3.1 Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação clara do lote e prazo de validade.
- 14.3.2 A contratada deverá garantir que os insumos sejam transportados em condições adequadas de conservação, especialmente os que exigem controle de temperatura.
- 14.3.3 O recebimento definitivo estará condicionado à conferência quantitativa e qualitativa dos insumos pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.4 Essas condições asseguram **regularidade, segurança e rastreabilidade** no fornecimento, garantindo que os insumos laboratoriais cheguem a tempo hábil e em conformidade com as normas sanitárias.



15. CRITERIO DE ACEITAÇÃO:

15.1 Os critérios de aceitação têm como objetivo assegurar que os insumos laboratoriais fornecidos atendam plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, garantindo qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.

15.2 Conformidade Técnica:

- 15.2.1 Os insumos deverão estar em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.
- 15.2.2 Devem ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação clara do lote, fabricante e prazo de validade.
- 15.2.3 Todos os produtos devem possuir registro válido junto à **ANVISA** ou órgão regulador competente.

15.3 Condições de Validade e Conservação:

- 15.3.1 Os insumos deverão ter, no ato da entrega, no mínimo **75% do prazo de validade vigente**.
- 15.3.2 Produtos que exijam condições especiais de armazenamento (ex.: controle de temperatura) deverão ser entregues em conformidade com as normas sanitárias.

15.4 Conferência e Recebimento:

- 15.4.1 O recebimento será condicionado à conferência quantitativa e qualitativa pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 15.4.2 Serão rejeitados insumos que apresentem avarias, irregularidades de lote, prazo de validade vencido ou divergência em relação às especificações.
- 15.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos insumos entregues.

15.5 Substituição de Produtos:

- 15.5.1 A contratada deverá substituir sem ônus para a Administração, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações ou que apresente defeito.
- 15.5.2 A substituição deverá ocorrer em prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação da irregularidade.

15.6 Documentação:

- 15.6.1 Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, contendo descrição detalhada dos insumos, número do lote e prazo de validade.
- 15.6.2 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, certificados de conformidade e registros sanitários dos produtos fornecidos.

15.7 Esses critérios asseguram que o fornecimento seja **controlado, transparente e seguro**, garantindo a qualidade dos insumos laboratoriais e a continuidade dos serviços de saúde.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado ou descumprimento das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.

16.2 Penalidades aplicáveis:

16.2.1 Advertência:

- a) Aplicada quando a infração for considerada leve e não causar prejuízo relevante à Administração.

16.2.2 Multa:

- a) Percentual definido no edital e no contrato, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.



- b) A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

16.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**

- a) A contratada poderá ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por até **3 (três) anos**, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações graves ou reincidência.

16.2.4 **Declaração de inidoneidade**

- a) Em casos de infrações gravíssimas, fraude ou má-fé, poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, até que seja reabilitada.

16.2.5 **Procedimento**

- a) A aplicação das sanções observará o **contraditório e ampla defesa**, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- b) O processo administrativo será conduzido pela **Diretoria de Contratos e Convênios /ou pelo responsável pela ata de registro de preço da Secretaria Municipal de Saúde**, que analisará os relatórios do Fiscal do Contrato e proporá a penalidade cabível.
- c) A decisão final caberá à autoridade competente da Administração Municipal.

16.2.6 **Condições gerais:**

- a) As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.
- b) A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
- c) O registro das penalidades será mantido nos sistemas de controle da Administração, podendo impactar futuras contratações.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 17.1 É **vedada a subcontratação total ou parcial** do objeto contratado, salvo autorização expressa e prévia da Administração, conforme art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

- 17.2 A contratada deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, não podendo transferi-las a terceiros sem anuência formal da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3 **Exceções autorizadas:**

- 17.3.1 A subcontratação poderá ser admitida apenas em casos específicos, devidamente justificados, desde que não comprometa a qualidade, a segurança e a economicidade da execução contratual.

- 17.3.2 A autorização dependerá de análise da **Diretoria de Contratos e Convênios/ ou responsável pela ata de registro de preço**, que avaliará a pertinência e emitirá parecer técnico.

17.4 **Responsabilidade da contratada:**

- 17.4.1 Mesmo que autorizada, a subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução do contrato.

- 17.4.2 Contratada continuará responsável por todas as obrigações técnicas, legais, fiscais e trabalhistas, respondendo solidariamente por eventuais falhas ou prejuízos decorrentes da atuação do subcontratado.

17.5 **Fiscalização:**

- 17.5.1 O **Fiscal do Contrato** deverá acompanhar e verificar a execução das atividades eventualmente subcontratadas, registrando ocorrências e comunicando à Diretoria de Contratos e Convênios.

- 17.5.2 Qualquer irregularidade constatada poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.



18. EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:

18.1 A execução do contrato para fornecimento de insumos laboratoriais deverá ocorrer de forma planejada, transparente e contínua, assegurando que os resultados pretendidos sejam alcançados desde o início até o encerramento da vigência contratual.

18.2 Início da Execução:

18.2.1 **Assinatura da Ata de Registro de Preços** e formalização do contrato com a empresa vencedora.

18.2.2 **Designação de fiscal do contrato** pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.2.3 **Planejamento das requisições:** definição do cronograma de entregas parceladas, conforme demanda do laboratório municipal.

18.3 Durante a Execução:

18.3.1 **Solicitação de fornecimento:** a Administração emitirá ordens de fornecimento conforme necessidade, respeitando os quantitativos previstos.

18.3.2 **Entrega dos insumos:** a contratada deverá realizar as entregas dentro dos prazos estabelecidos, em condições adequadas de transporte e conservação.

18.3.3 **Conferência e recebimento:** cada entrega será conferida quantitativa e qualitativamente pela equipe designada, garantindo conformidade com as especificações técnicas.

18.3.4 **Registro e acompanhamento:** todas as entregas e consumos serão registrados em relatórios periódicos, permitindo controle de estoque e avaliação da execução contratual.

18.3.5 **Substituição de produtos:** insumos entregues em desacordo com as especificações ou com defeito deverão ser substituídos pela contratada sem ônus para a Administração.

18.4 Resultados Pretendidos:

18.4.1 **Abastecimento contínuo** do laboratório municipal, evitando interrupções nos serviços de saúde.

18.4.2 **Diagnósticos oportunos e confiáveis**, com insumos de qualidade e dentro do prazo de validade.

18.4.3 **Eficiência administrativa**, com uso racional dos recursos públicos e redução de desperdícios.

18.4.4 **Segurança sanitária**, assegurando que os insumos atendam às normas da ANVISA e demais órgãos reguladores.

18.4.5 **Transparência e legalidade**, com execução contratual acompanhada e registrada conforme legislação vigente.

18.5 Encerramento da Execução:

18.5.1 **Relatório final de execução contratual**, elaborado pelo fiscal designado, contendo avaliação da conformidade das entregas e dos resultados alcançados.

18.5.2 **Liquidação financeira:** pagamento das últimas notas fiscais após conferência e recebimento definitivo dos insumos.

18.5.3 **Encerramento formal do contrato**, com registro em sistema oficial e arquivamento da documentação.

18.5.4 **Avaliação de desempenho da contratada**, servindo como referência para futuras contratações.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-039	Manutenção das atividades do fundo de saúde
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo



Fonte:	600	Pessoa Jurídica
Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-045	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica
Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-45	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	500	Pessoa Jurídica
Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0210. 2-051	Gestão do programa de suporte profilático e terapeutico
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

20. DECISÃO FINAL:

20.1 Após análise detalhada do Estudo Técnico Preliminar, da fundamentação legal e administrativa, e da descrição da solução proposta, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de insumos laboratoriais, por meio de Registro de Preços, modalidade pregão eletrônico tipo menor preço por item.

20.2 Fundamentação da Decisão:

- 20.2.1 **Necessidade comprovada:** insumos laboratoriais são indispensáveis para a continuidade dos serviços de saúde, diagnósticos clínicos e vigilância epidemiológica.
- 20.2.2 **Legalidade:** contratação respaldada pela Lei nº 14.133/2021, Constituição Federal e demais normas aplicáveis.
- 20.2.3 **Planejamento:** demanda prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e alinhada ao Plano Municipal de Saúde.
- 20.2.4 **Economicidade:** aquisição parcelada evita desperdícios, garante abastecimento contínuo e otimiza recursos públicos.
- 20.2.5 **Sustentabilidade:** incentivo à participação de empresas locais ou regionais, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

20.3 Resultado Esperado:

- 20.3.1 Regularidade no fornecimento de insumos laboratoriais.
- 20.3.2 Diagnósticos oportunos e confiáveis para a população.
- 20.3.3 Fortalecimento da atenção básica e da vigilância em saúde.
- 20.3.4 Transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

planejamento.semsapmvj@gmail.com
Anexo da Secretaria municipal de saúde
Rua Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000

20.4 Decisão Final:

20.4.1 A contratação é **viável, necessária e vantajosa para o interesse público**, devendo ser conduzida conforme os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços laboratoriais da rede municipal de saúde de Vitória do Jari/AP.

21. ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Hanna Bárbara P. Da Gama

Presidente da Comissão de Planejamento
Portaria de nº 78/2026-SEMSA/PMVJ

Hemerson Brito de Souza

Secretário da Comissão de Planejamento
Portaria de nº 78/2026-SEMSA/PMVJ

04 de Fevereiro de 2026
Vitória do Jari-AP



ANEXO II – MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº xx/202X – FMS/SEMSA/PMVJ

A presente Ata de Registro de Preço foi lavrada em conformidade com o resultado do **pregão eletrônico nº ____/202X** e **processo administrativo nº 2553/2025** – FMS/SEMSA/PMVJ, realizado pela plataforma licitanet, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019, demais normas aplicáveis e regras do edital e termo de referência e demais regras estabelecidas no termo de referência segundo as seguintes cláusulas e condições a seguir:

1. Cláusula primeira - Preâmbulo:

1.1 Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 12.456.167/0001-40, com sede na Avenida Pedro Ladislau da Silveira, nº 3511, Bairro Prainha no município de vitória do Jari/AP representada neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde o senhor Paulo Sergio Pinheiro Dias **Órgão Gerenciador**, do outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx no município de xxxxxxxxxxxx estado do xxxxxxxx, CEP: XXXXXX-XXXXX, telefone para contato (xx) xxxx-xxxx, E-mail @xxxxxxxxxxxxx, representado neste ato pelo Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, denominada **DETENTOR DA ATA** têm entre si, justo e avançado o presente registro da ata que quando homologada e adjudicada, terá efeito de compromisso de fornecimento de materiais de consumo conforme previsto na Lei nº14.133/21 e demais regras estabelecidas no termo de referência.

2. Cláusula segunda – do objeto:

3.1 Registro de preços tipo menor preço por item para aquisição de forma parcelada de insumos de laboratório para realização de exames no laboratório de saúde da secretaria municipal de saúde do município de vitória do Jari/ap.

3. Cláusula terceira – Descrição dos itens e preços registrados:

3.1 Planilha descritiva:

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXX	XXXX	R\$	R\$
02	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXX	XXXX	R\$	R\$
03	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXX	XXXXX	R\$	R\$

3.2 Valor total homologado: **R\$ xxxxxx.xxxxx,xxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**

4. Cláusula quarta – obrigações da contratada:

4.1 A empresa vencedora e contratada para o fornecimento de insumos laboratoriais deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações, garantindo qualidade, regularidade e conformidade com as normas aplicáveis:

4.1.1 Fornecimento e Qualidade

22. Entregar os insumos laboratoriais conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

23. Garantir que todos os produtos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de uso.

24. Assegurar que os insumos atendam às normas da **ANVISA**, Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores.



25. Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações ou que apresente defeito.

4.1.2 **Prazos e Logística:**

25.1 Realizar as entregas de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos prazos estabelecidos.

25.2 Garantir transporte adequado, preservando a integridade dos insumos até o destino final.

25.3 Disponibilizar equipe técnica para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas sobre os produtos fornecidos.

4.1.3 **Documentação e Conformidade:**

c) Apresentar nota fiscal eletrônica correspondente a cada entrega, em conformidade com a legislação vigente.

d) Manter atualizados os registros de certificações e autorizações exigidas para comercialização dos insumos.

e) Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

4.1.4 **Responsabilidade Ambiental e Sanitária**

c) Adotar práticas de sustentabilidade, utilizando embalagens recicláveis ou ambientalmente adequadas sempre que possível.

d) Garantir que os insumos sejam entregues em condições sanitárias seguras, evitando riscos de contaminação.

4.1.5 **Atendimento e Suporte:**

a) Disponibilizar canal de comunicação para atendimento imediato em caso de dúvidas, reclamações ou necessidade de reposição.

b) Prestar suporte técnico quando solicitado pela Administração, especialmente em relação ao uso correto dos insumos.

4.2 Essas obrigações asseguram que a contratada mantenha **qualidade, regularidade e responsabilidade** no fornecimento, garantindo a continuidade dos serviços laboratoriais e a segurança da população atendida.

5. **Cláusula quinta - obrigações da contratante:**

5.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP como contratante, deverá cumprir as seguintes obrigações para assegurar a execução adequada do contrato de fornecimento de insumos laboratoriais:

5.2 **Recebimento e Conferência:**

5.2.1 Receber os insumos laboratoriais nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.2.2 Realizar a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos entregues, verificando validade, integridade e conformidade com as especificações técnicas.

5.2.3 Emitir recibo ou termo de recebimento provisório/definitivo, conforme legislação vigente.

5.3 **Pagamentos:**

5.3.1 Efetuar o pagamento à contratada dentro dos prazos estipulados em edital e contrato, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica devidamente atestada.

5.3.2 Garantir que os pagamentos sejam realizados apenas após a comprovação da entrega correta e completa dos insumos.

5.4 **Fiscalização e Acompanhamento**

5.4.1 Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



5.4.2 Monitorar a execução contratual, registrando ocorrências e comunicando à contratada eventuais irregularidades ou não conformidades.

5.4.3 Solicitar substituição imediata de produtos que não atendam às especificações ou apresentem defeitos

5.5 Logística e Armazenamento:

5.5.1 Providenciar local adequado para armazenamento dos insumos, garantindo condições sanitárias e de conservação.

5.5.2 Planejar a requisição parcelada dos insumos, conforme demanda real do laboratório municipal, evitando desperdícios.

5.6 Responsabilidade Administrativa:

5.6.1 Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

5.6.2 Garantir transparência e publicidade dos atos relacionados ao contrato, em consonância com os princípios da administração pública.

5.6.3 Assegurar que os insumos adquiridos sejam destinados exclusivamente às atividades laboratoriais da rede municipal de saúde.

5.7 Essas obrigações asseguram que a Administração cumpra seu papel de **gestora e fiscalizadora do contrato**, garantindo eficiência, legalidade e qualidade no fornecimento dos insumos laboratoriais.

6. Cláusula sexta - fiscalização e gestão da ata de registro de preço ou contrato:

6.1 O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preço caberá ao **Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP**, por meio do **Departamento de Comissão de Contratação Permanente** ou por meio de **Portaria emitida pela Autoridade Competente**, um **Gestor da Ata**, responsável por coordenar diretamente as atividades de gerenciamento e o **Fiscal** incumbidos de acompanhar a execução das entregas e verificar a conformidade dos produtos.

6.2 Compete ao Órgão Gerenciador:

6.2.1 Controlar e coordenar a utilização da Ata de Registro de Preço, garantindo que as contratações sejam realizadas dentro dos limites e condições estabelecidos.

6.2.2 Autorizar, quando conveniente e oportuno, a adesão de outros órgãos ou entidades não participantes do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Monitorar os quantitativos registrados e as contratações realizadas, evitando ultrapassar os limites previstos no edital e na legislação.

6.2.4 Comunicar aos fornecedores registrados as solicitações de fornecimento, observando os prazos e condições estabelecidas.

6.2.5 Avaliar e decidir sobre pedidos de cancelamento de registro, conforme hipóteses legais e regulamentares.

6.2.6 Manter atualizados os registros e relatórios de utilização da Ata, assegurando transparência e publicidade dos atos administrativos.

6.3 Obrigações do Fiscal do Contrato:

6.3.1 Acompanhar diretamente a execução contratual, verificando a conformidade das entregas com as especificações técnicas.

6.3.2 Conferir prazos, quantidades, qualidade e condições dos insumos recebidos.

6.3.3 Registrar em relatórios periódicos todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, comunicando imediatamente à Diretoria de Contratos e Convênios qualquer irregularidade.



- 6.3.4 Atuar como elo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada, garantindo agilidade na solução de intercorrências.
- 6.3.5 Atestar as notas fiscais e documentos de cobrança, autorizando o pagamento somente após a verificação da conformidade da entrega.

6.4 O Gestor e o Fiscal deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os arts. 117 a 121, respondendo solidariamente por eventuais omissões ou irregularidades na execução da Ata ou do Contrato.

6.5 Na hipótese da Ata de Registro de Preço vir a se converter em Contrato Administrativo, a responsabilidade pela elaboração, gestão e acompanhamento da execução contratual será atribuída à Diretoria de Contratos e Convênios do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari/AP, conforme designação expressa em Decreto ou Portaria da Autoridade Competente.

6.6 Compete à Diretoria de Contratos e Convênios:

- 6.6.1 Elaborar e formalizar o contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preço, observando as cláusulas essenciais previstas na **Lei nº 14.133/2021**.
- 6.6.2 Acompanhar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital, na minuta contratual e no Termo de Referência.
- 6.6.3 Designar formalmente **Gestor e Fiscal do Contrato**, responsáveis por monitorar a entrega dos produtos, verificar conformidade técnica e registrar ocorrências.
- 6.6.4 Emitir relatórios periódicos sobre a execução contratual, servindo de base para aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.
- 6.6.5 Assegurar que todas as prorrogações, reajustes e alterações contratuais sejam devidamente fundamentados e autorizados pela autoridade competente.

6.7 O Gestor e o Fiscal designado deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo por eventuais omissões ou irregularidades na execução contratual.

7. Cláusula sétima - condições, prazo e local de entrega:

7.1 Prazo de Entrega:

- 7.1.1 As entregas dos insumos laboratoriais deverão ocorrer de forma **parcelada**, conforme as solicitações do Departamento de Compras, Material e Patrimônio Público da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, através d AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO conforme demanda apresentada pelo laboratório de saúde.
- 7.1.2 O prazo máximo para cada entrega será de **até 07 (sete) dias úteis** após o recebimento da Autorização de fornecimento.
- 7.1.3 Em casos emergenciais devidamente justificados pela Administração, a contratada deverá viabilizar entrega em prazo reduzido, compatível com a urgência da demanda.

7.2 Local de Entrega:

- 7.2.1 Os insumos deverão ser entregues no **CAF – CENTRO ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO da Municipal da Secretaria de Saúde de Vitória do Jari/AP**, ou em outro local indicado pela Administração, dentro da sede do município.
- 7.2.2 O transporte e descarregamento dos insumos até o local de entrega são de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 7.2.3 As entregas deverão ocorrer em horário comercial (08h às 17h), de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

7.3 Condições Gerais:



- 7.3.1 Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação clara do lote e prazo de validade.
- 7.3.2 A contratada deverá garantir que os insumos sejam transportados em condições adequadas de conservação, especialmente os que exigem controle de temperatura.
- 7.3.3 O recebimento definitivo estará condicionado à conferência quantitativa e qualitativa dos insumos pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 7.4 Essas condições asseguram **regularidade, segurança e rastreabilidade** no fornecimento, garantindo que os insumos laboratoriais cheguem a tempo hábil e em conformidade com as normas sanitárias.

8. Cláusula oitava - critério de aceitação:

- 8.1 Os critérios de aceitação têm como objetivo assegurar que os insumos laboratoriais fornecidos atendam plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, garantindo qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.
- 8.2 **Conformidade Técnica:**
 - 8.2.1 Os insumos deverão estar em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.
 - 8.2.2 Devem ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação clara do lote, fabricante e prazo de validade.
 - 8.2.3 Todos os produtos devem possuir registro válido junto à **ANVISA** ou órgão regulador competente.
- 8.3 **Condições de Validade e Conservação:**
 - 8.3.1 Os insumos deverão ter, no ato da entrega, no mínimo **75% do prazo de validade vigente**.
 - 8.3.2 Produtos que exijam condições especiais de armazenamento (ex.: controle de temperatura) deverão ser entregues em conformidade com as normas sanitárias.
- 8.4 **Conferência e Recebimento:**
 - 8.4.1 O recebimento será condicionado à conferência quantitativa e qualitativa pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde.
 - 8.4.2 Serão rejeitados insumos que apresentem avarias, irregularidades de lote, prazo de validade vencido ou divergência em relação às especificações.
 - 8.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos insumos entregues.
- 8.5 **Substituição de Produtos:**
 - 8.5.1 A contratada deverá substituir sem ônus para a Administração, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações ou que apresente defeito.
 - 8.5.2 A substituição deverá ocorrer em prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação da irregularidade.
- 8.6 **Documentação:**
 - 8.6.1 Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, contendo descrição detalhada dos insumos, número do lote e prazo de validade.
 - 8.6.2 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, certificados de conformidade e registros sanitários dos produtos fornecidos.
- 8.7 Esses critérios asseguram que o fornecimento seja **controlado, transparente e seguro**, garantindo a qualidade dos insumos laboratoriais e a continuidade dos serviços de saúde

9. Cláusula nona – pagamento:

9.1 Forma de Pagamento:



- 9.1.1 Os pagamentos à Contratada serão efetuados em **moeda corrente nacional (Real – R\$)**, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo gestor do contrato.
- 9.1.2 O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária** em conta corrente no nome da empresa contratada.

9.2 Prazo de Pagamento:

- 9.2.1 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de atesto da nota fiscal pela fiscalização da Contratante, conforme previsto no **art. 145 da Lei nº 14.133/2021**.
- 9.2.2 Em caso de atraso por parte da Administração, incidirão correções e encargos previstos na legislação vigente.

9.3 Condições para Liberação do Pagamento:

9.3.1 O pagamento estará condicionado à:

- d) Execução integral e satisfatória dos serviços ou fornecimento das peças solicitadas.
- e) Apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada da ordem de serviço ou requisição devidamente assinada pelo gestor do contrato.
- f) Regularidade fiscal e trabalhista da Contratada durante toda a vigência contratual.

9.3.2 Parcelamento dos Pagamentos:

- a) Os pagamentos serão realizados de forma **parcelada**, conforme a execução dos serviços e fornecimentos requisitados pela Administração, em consonância com o modelo de **Registro de Preço** adotado.

9.3.3 Retenção de Tributos e Encargos:

- a) Serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo recolhimento dos demais encargos incidentes sobre a execução contratual.

10. Cláusula décimo - reajuste de ata de registro de preço – ajustes e prorrogações:

10.1 Ajuste de valores:

- 10.1.1 Os preços registrados na Ata poderão ser ajustados para adequação a índices oficiais de inflação ou custos setoriais, conforme previsão legal e editalícia.
- 10.1.2 O reajuste será concedido mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída com documentação comprobatória, e dependerá de análise e autorização da Administração.
- 10.1.3 Não será admitido reajuste retroativo ou em desacordo com os índices previamente estabelecidos.

10.2 Prorrogação de prazo:

- 10.2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação vigente.
- 10.2.2 A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente autorizado pela autoridade competente.
- 10.2.3 Durante a prorrogação, os preços dos itens registrados permanecerão conforme o contrato original, salvo reajustes autorizados nos termos da lei.

10.3 Condições gerais:

- 10.3.1 A manutenção dos preços após a prorrogação garante estabilidade e previsibilidade para a Administração, evitando aumentos indevidos.



10.3.2 Qualquer alteração de valores ou prorrogação de prazo deverá respeitar os princípios da legalidade, economicidade e transparência.

10.3.3 O não cumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

11. Cláusula décimo primeiro - sanções administrativas:

11.1 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado ou descumprimento das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.

11.2 Penalidades aplicáveis:

11.1.1 Advertência:

- b) Aplicada quando a infração for considerada leve e não causar prejuízo relevante à Administração.

11.1.1 Multa:

- c) Percentual definido no edital e no contrato, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.
- d) A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

11.1.2 Impedimento de licitar e contratar:

- b) A contratada poderá ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações graves ou reincidência.

11.1.3 Declaração de inidoneidade:

- b) Em casos de infrações gravíssimas, fraude ou má-fé, poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, até que seja reabilitada.

11.1.4 Procedimento:

- d) A aplicação das sanções observará o contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- e) O processo administrativo será conduzido pela Diretoria de Contratos e Convênios /ou pelo responsável pela ata de registro de preço da Secretaria Municipal de Saúde, que analisará os relatórios do Fiscal do Contrato e proporá a penalidade cabível.
- f) A decisão final caberá à autoridade competente da Administração Municipal.

11.1.5 Condições gerais:

-) As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.
- a) A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
- b) O registro das penalidades será mantido nos sistemas de controle da Administração, podendo impactar futuras contratações.

12 Cláusula décimo segundo - subcontratação:

12.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, salvo autorização expressa e prévia da Administração, conforme art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratada deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, não podendo transferi-las a terceiros sem anuência formal da Secretaria Municipal de Saúde.



12.3 Exceções autorizadas:

- 12.3.1 A subcontratação poderá ser admitida apenas em casos específicos, devidamente justificados, desde que não comprometa a qualidade, a segurança e a economicidade da execução contratual.
- 12.3.2 A autorização dependerá de análise da Diretoria de Contratos e Convênios/ ou responsável pela ata de registro de preço, que avaliará a pertinência e emitirá parecer técnico.

12.4 Responsabilidade da contratada:

- 12.4.1 Mesmo que autorizada, a subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução do contrato.
- 12.4.2 Contratada continuará responsável por todas as obrigações técnicas, legais, fiscais e trabalhistas, respondendo solidariamente por eventuais falhas ou prejuízos decorrentes da atuação do subcontratado.

12.5 Fiscalização:

- 12.5.1 O Fiscal do Contrato deverá acompanhar e verificar a execução das atividades eventualmente subcontratadas, registrando ocorrências e comunicando à Diretoria de Contratos e Convênios.
- 12.5.2 Qualquer irregularidade constatada poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

13 Cláusula décimo terceiro – Da Adesão à Ata de Registro de Preço:

- 13.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, mediante anuência expressa do **Órgão Gerenciador**, conforme previsto no **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**.
- 13.2 A adesão por órgãos ou entidades não participantes do registro de preços dependerá de:
 - 13.2.1 Solicitação formal ao Órgão Gerenciador, indicando o interesse em aderir à Ata.
 - 13.2.2 Autorização expressa do Órgão Gerenciador, que avaliará a conveniência e oportunidade da adesão.
 - 13.2.3 Aceite do fornecedor registrado, que deverá manifestar concordância com a adesão e com as condições estabelecidas.
- 13.3 O quantitativo máximo para adesão estará limitado a cinco vezes o quantitativo registrado para o órgão gerenciador e participante, conforme estabelece a legislação vigente.
- 13.4 Caberá ao órgão ou entidade aderente:
 - 13.4.1 Formalizar sua contratação diretamente com o fornecedor registrado, observando as condições e preços estabelecidos na presente Ata.
 - 13.4.2 Assumir integral responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução contratual decorrente da adesão.
- 13.5 O fornecedor registrado não poderá se recusar a atender às solicitações do órgão gerenciador e dos participantes originais da Ata, mas poderá recusar adesões de órgãos não participantes, desde que apresente justificativa fundamentada.

14 Cláusula décimo quarto – Cancelamento do Registro de Preço:

- 14.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por decisão unilateral da Administração ou a pedido do fornecedor, nas hipóteses previstas na legislação vigente.
- 14.2 O cancelamento por iniciativa da Administração dar-se-á quando:
 - 14.2.1 O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preço ou do Contrato dela decorrente.
 - 14.2.2 O fornecedor não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.



14.2.3 Houver razões de interesse públicas devidamente justificadas pela autoridade competente.

14.2.4 O preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, inviabilizando a economicidade da contratação.

14.3 O cancelamento a pedido do fornecedor será admitido quando:

14.4 Comprovar que não pode cumprir as obrigações assumidas por ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

14.5 Demonstrar que o preço registrado se tornou inexequível em razão de comprovada elevação dos custos, não decorrente de sua responsabilidade.

14.4 O cancelamento será formalizado por meio de ato administrativo específico, devidamente publicado, assegurando-se ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.5 O fornecedor que tiver seu registro cancelado poderá sofrer as penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, quando cabível.

15 Cláusula décimo quinto - Alteração da Ata de Registro de Preço:

15.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser alterada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, da transparência e da economicidade.

15.2 As alterações poderão ocorrer por:

15.2.1 Revisão de preços registrados, quando comprovada a variação significativa dos custos de mercado, devidamente justificada e aceita pela Administração.

15.2.2 Correção de erros materiais ou ajustes formais que não impliquem em modificação substancial das condições originais.

15.2.3 Adequação de cláusulas contratuais às normas legais supervenientes ou a decisões judiciais que impactem diretamente a execução da Ata.

15.2.4 Inclusão ou exclusão de órgãos participantes, desde que devidamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e respeitados os limites legais.

15.3 As alterações deverão ser formalizadas por meio de **Termo Aditivo ou Apostilamento**, devidamente publicado e registrado nos autos do processo administrativo correspondente.

15.4 Em nenhuma hipótese será admitida alteração que:

15.4.1 Modifique o objeto originalmente registrado de forma a descaracterizá-lo.

15.4.2 Implique em aumento de quantitativos ou valores além dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

15.4.3 Prejudique a isonomia entre os fornecedores registrados ou comprometa a competitividade do certame.

15.5 O fornecedor registrado será previamente comunicado sobre qualquer alteração que impacte suas obrigações, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, quando aplicável.

16 Cláusula décimo sexto - dos recursos orçamentários:

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-039	Manutenção das atividades do fundo de saúde
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica



Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-045	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-45	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	500	Pessoa Jurídica

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0210. 2-051	Gestão do programa de suporte profilático e terapeutico
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

17 Cláusula décimo sétimo - Prazo de Validade da Ata de Registro de Preços:

- 17.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme dispõe o art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2 **O prazo de vigência será o seguinte:**
- 17.2.1 **Data de início da vigência:** ____ / ____ / ____
- 17.2.2 **Data de término da vigência:** ____ / ____ / ____
- 17.3 Durante o prazo de validade, os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta Ata.
- 17.4 Antes do término da vigência, caso a Administração verifique a necessidade de continuidade do registro, o prazo poderá ser **prorrogado por mais 12 (doze) meses conforme o item 10 e subitem 10.2 deste ata de registro de preço e conforme regras estabelecidas no termo de referencia**, desde que:
- 17.4.1 Sejam mantidos os preços e condições originalmente registrados.
- 17.4.2 Haja anuência expressa da licitante vencedora.
- 17.4.3 A prorrogação seja formalizada por meio de Termo Aditivo, devidamente publicado e registrado nos autos do processo administrativo.
- 17.5 A vigência da Ata não gera obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá utilizar os registros conforme sua conveniência e necessidade, respeitados os limites e condições fixados.
- 17.6 Expirado o prazo de validade, a Ata perderá automaticamente sua eficácia, não podendo ser utilizada para novas contratações, sem prejuízo daquelas já formalizadas durante sua vigência.

18 Cláusula décimo oitava - Disposições Finais:



- 18.1 A presente **Ata de Registro de Preços** rege-se pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas no edital e termo de referência.
- 18.2 A assinatura desta Ata não implica obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá utilizá-la conforme sua conveniência e necessidade, observados os limites e condições fixados.
- 18.3 Os casos omissos e as situações não previstas nesta Ata serão resolvidos pelo **Órgão Gerenciador**, com fundamento na legislação vigente e nos princípios que regem a Administração Pública.
- 18.4 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata será o da **Comarca de Vitória do Jari/AP**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.5 Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, respeitado o prazo de validade estabelecido na **Cláusula Décimo sétima**.

19 Cláusula décimo nono – Assinaturas:

- 19.1 E, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas, assinam a presente **Ata de Registro de Preços**, em ____ (número) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Vitória do Jari/AP, ____ de ____ de ____.



Autoridade Competente

Paulo Sergio Pinheiro Dias
Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP

Contratada

(Nome do Representante Legal da Empresa)
(Cargo / Razão Social da Empresa)



planejamento.semsapmvj@gmail.com 
Anexo da Secretaria municipal de saúde 
Rua Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇO

Em papel timbrado da empresa

A comissão de Contratação Permanente – FMS/SEMSA/PMVJ
Secretaria Municipal de Saúde – FMS/PMVJ
Município de Vitória do Jari/Ap – CEP: 68924-000

Referente ao pregão eletrônico: xxxx/202x –FMS/SEMSA/PMVJ

Processo administrativo: xxxx/202xx – FMS/SEMSA/PMVJ

Objeto de contratação:

[illegible]

Proposta que se faz a empresa _____ inscrita no CNPJ de nº _____._____._____/_____-_____, localizada na _____, nº _____, Bairro _____ no município de _____, CEP _____ - _____, fone (xx) xxxxxx-xxxxx, E-mail _____, para fornecimento de forma parcela dos serviços descrito abaixo, conforme estabelecido no anexo I termo de referencia do edital de licitação pregão eletrônico de nº xxx/202x – FMS/SEMSA/PMVJ.

PLANILHA CONFORME O TERMO DE REFÊRENCIA ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Item	Descrição / Especificação	MARCA/MOD ELO	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXX	XXXX	R\$	R\$
02	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX	XXXX	R\$	R\$
03	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX	XXXXX	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇO					R\$ xxxxxxxxxxxx	

A presente proposta foi elaborada em estrita conformidade com o Edital de Licitação e o respectivo Termo de Referência, atendendo integralmente às especificações e condições estabelecidas. Nos valores ofertados estão incluídos todos os custos necessários à execução do objeto, compreendendo serviços de frete, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros que sejam de responsabilidade da empresa.

Declaração da Empresa

Declaramos, para os devidos fins, que os preços ofertados acima estão em conformidade com as especificações do edital e seus anexos, e que nos comprometemos a cumprir integralmente as condições estabelecidas, caso sejamos vencedores do certame.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 12.456.167/0001-40



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

planejamento.semsapmvj@gmail.com
Anexo da Secretaria municipal de saúde
Rua Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000

Declara-se, ainda, que a proposta possui validade de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de seu recebimento pela Comissão Permanente de Contratação, comprometendo-se a empresa a cumprir fielmente as obrigações assumidas.

Dados Bancários para Futuros Pagamentos:

Conta pessoa jurídica:

Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	
Titular da Conta:	
CNPJ do Titular	

Local e data:

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Representante Legal:



ANEXO IV – DECLARAÇÕES DA LICITANTE

[Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara para os devidos fins que:

d) Declaração de Inexistência de Impedimento:

Nos termos do **art. 63, inciso V da Lei nº 14.133/2021**, não possui qualquer impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, estando plenamente apta a participar do certame.

e) Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista:

Em conformidade com o **art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal**, declara que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

f) Declaração de Proposta de Preço:

Nos termos do **art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021**, declara que a proposta de preços apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas, garantindo a plena execução contratual.

g) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP):

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, declara que se enquadra como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fazendo jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação, incluindo os benefícios aplicáveis em processos licitatórios.

h) Declaração de Aceitação das Condições do Edital e Termo de Referência:

Declara ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, caso seja vencedora do certame.

Local e data: _____

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Representante Legal